

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

CHAMADA DE TRABALHO

ÉTICA E INTEGRIDADE NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONCEITUAIS, TRAJETÓRIAS E NOVOS HORIZONTES

Editores Convidados

Karina Furtado Rodrigues (Eceme, RJ, Brasil)
Sandro Trescastro Bergue (ESGC/TCERS, RS, Brasil)
Suylan de Almeida Midlej e Silva (UnB, DF, Brasil)
Temístocles Murilo de Oliveira Júnior (ISCSP/ULisboa, Portugal)

As submissões foram prorrogadas até 20 de abril de 2024

A ética e a integridade têm ascendido como temas de debate tanto no campo científico quanto como objetos de difusão na prática da Administração Pública. Sua impulsão ocorre na esteira da profusão de modelos analíticos e prescritivos ligados à agenda da governança pública ou, mais especificamente, à vertente da “boa governança”, focada no *rule of law* e na urgência do enfrentamento do complexo fenômeno da corrupção.

Verifica-se um crescente interesse por esses temas no último quarto de século. O resultado de uma pesquisa simples pelos termos “*public ethics*”, “*ethics in the public sector*”, “*public integrity*” e “*integrity in the public sector*” no Google Scholar, referente ao período de 25 anos entre 1973 e 1997, indicou 1.917 trabalhos. Em relação ao período seguinte, de 1998 a 2022, foram encontrados 35.330 estudos, um número 17,4 vezes maior.

Observando-se as iniciativas para difusão de padrões internacionais de ética e integridade no setor público providas por diferentes organizações intergovernamentais e não governamentais, percebe-se um nítido aumento de recomendações, eventos, indicadores e grupos de trabalho sobre esses temas. Assim, multiplicam-se os *think tanks*, cursos, certificações e publicações internacionais que trazem boas práticas na área.

No Brasil, tribunais de contas e controladorias públicas têm editado normas e determinações de boa governança para promoção da ética e integridade, ora como princípios, ora como modelos. O Governo Federal investe na criação de sistemas para orientação normativa, implementação, monitoramento e avaliação da promoção da ética e da integridade, que permitam a atuação coordenada e harmônica entre órgãos centrais e setoriais.

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Mas se no País, por um lado, há uma clara ampliação das recomendações, arranjos e instrumentos de promoção da ética e da integridade no setor público, que acompanha a difusão global desses temas, por outro, ainda é tímido o debate crítico sobre os desafios conceituais, as limitações metodológicas, os resultados efetivamente alcançados e os conflitos e acomodações de interesses e visões que marcam suas trajetórias, além da possibilidade de novos horizontes.

A questão-chave é que o crescente interesse pela ética e integridade e a ampliação das estruturas e iniciativas no Brasil podem estar marcados pela cultura do escândalo, pelo moralismo e por estratégias de reputação e poder para o combate à corrupção. Mais que isso, por causa de seu contexto de legitimação, essa ascensão pode estar associada à adoção reduzida ou deturpada do conceito de governança pública no País e às características “mágicas” da boa governança, ligadas à atratividade normativa, conotação positiva, apelo consensual e grande indefinição conceitual.

Para ilustrar esse último ponto, importa reconhecer que, no fundamental plano conceitual, ainda existem inconsistências alcançando a necessária diferenciação entre ética, conduta moral e disciplina e a relação entre estas e a noção de integridade. Os elos mesmo entre esses conceitos e o enfrentamento à corrupção, cujo clamor tem servido de base de legitimação para as recentes estruturas e iniciativas de ética e integridade no Brasil, já são por si elusivos.

Vale notar que a perspectiva sobre a ética não se limita ao escopo anticorrupção, reclamando espaço e alcance mais amplos. Já quanto à integridade, que ora é tratada como valor público, ora como modelo de sistematização de medidas preventivas, não há uma relação clara com a ética. Nesse sentido, além do esforço de depuração para consistência e precisão conceitual, impõe-se reconhecer também as expressões formalísticas ou cerimoniais dos fenômenos.

Esse número pretende impulsionar a pesquisa de alto nível sobre ética e integridade no setor público brasileiro, que atendam ao rigor científico, mas que sejam especialmente voltadas em sua linguagem e resultados para profissionais do setor público e do terceiro setor que atuem direta ou indiretamente na promoção da ética e da integridade na Administração Pública, bem como em sua relação com a prevenção e o combate à corrupção.

Pretende-se com isso, também, estimular a pesquisa e produzir uma sensibilização sobre esses temas que alcancem as esferas estadual e municipal de governo. A ética e a integridade não podem ser pensadas com fronteiras federativas e setoriais, senão como um ecossistema que articule os múltiplos atores da sociedade e do Estado.

Nessa linha, as editoras e editores convidam para submissão de artigos inéditos, sejam teóricos ou empíricos, que abordem de modo original temas clássicos ou questões de vanguarda sobre ética e integridade no setor público, bem como sua conexão com assuntos como governança, controle, transparência, corrupção e outros. Listam-se alguns assuntos sugeridos abaixo:

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Desafios conceituais da ética e/ou integridade no setor público.
- Desafios sobre formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas sobre ética e/ou integridade pública.
- Difusão, transferência e tradução de políticas de ética e/ou integridade.
- Trajetórias e arranjos institucionais da ética e/ou integridade no setor público no Brasil.
- Ética e/ou integridade entre setores de governo e outros poderes (defesa, saúde, meio ambiente, segurança pública, fazenda, controladorias públicas, tribunais de contas, ministérios públicos, tribunais, entre outros).
- Ética e/ou integridade em contextos de crises, epidemias, pandemias e outros desastres e nos sistemas de prevenção, preparação e resposta a esses contextos.
- Ética e/ou integridade e gestão de riscos, canais de denúncia, transparência, controle e/ou responsabilização.
- Ética e/ou da integridade entre os setores público e privado no Brasil.
- Ética e/ou integridade e corrupção e prevenção e combate à corrupção no Brasil.
- Colegiados de ética: funções acolhedora, orientadora, educadora, reguladora e disciplinadora.

INSTRUÇÃO PARA SUBMISSÃO:

Serão aceitos artigos teóricos ou teórico-empíricos, observadas a formatação geral e demais orientações na seção “Artigos” das Diretrizes para Autor da CGPC, disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/autor>.

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Os trabalhos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares. Em caso de dúvida sobre esta chamada, envie mensagem para Temístocles Murilo de Oliveira Júnior, para a caixa temuju@gmail.com.

Informações completas sobre esta chamada e sobre o periódico estão disponíveis em <https://periodicos.fgv.br/cgpc/about/submissions>. Em caso de dúvidas sobre estes formatos, entre em contato com cadernosgpc-redacao@fgv.br.

SOBRE OS CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA:

A revista *Cadernos Gestão Pública e Cidadania (CGPC)* é publicada exclusivamente *on-line*, em acesso aberto, e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. Os CGPC não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

REFERÊNCIAS

- Ansell, C., & Torfing, J. (2022). Introduction to the handbook on theories of governance. In C. Ansell, & J. Torfing, *Handbook on theories of governance* (pp. 1-17). Edward Elgar.
- Barreto, R. T., & Vieira, J. B. (2021). Public integrity programs in Brazil: Indicators and challenges. *Cad. EBAPE.BR*, 19(3), 442-463. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200069>
- Bergue, S. T. (2022). Ética, códigos de conduta e integridade na administração pública brasileira. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, 14(4). <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/13459>
- Bovens, M. (2007). Public accountability. In E. Ferlie, L. Lynn, & C. Pollitt, *The Oxford handbook of public management* (pp. 182-208). Oxford Academic.
- Brass, J. N. (2022). Development theory. In C. Ansell & J. Torfing, *Handbook on theories of governance* (pp. 118-128). Edward Elgar.
- Caldeira, D. M., Secchi, L., & Firmino, S. (2022). New development: Public governance in the discursivity of the Brazilian government – a reflection on conceptual reduction. *Public Money & Management*, 43(2). <https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2113630>
- Castro, C., & Nunes, P. (2019). Government code of conduct: A way to prevent economic corruption or just a propaganda initiative? *International Journal of Science and Research*, 8(12), 1530-1535. <https://doi.org/10.21275/ART20203691>
- Cochrane, C. (2020). Teaching integrity in the public sector: Evaluating and reporting anticorruption commissions' education function. *Teaching Public Administration*, 38(1), 78-94. <https://doi.org/10.1177/0144739419851147>
- D'Alterio, E. (2018). Integrity of the public sector and controls: A new challenge for. *International Journal of Constitutional Law global administrative law?* 15(4), 1013-1038. <https://doi.org/10.1093/icon/mox077>
- Graça, G. R., & Sauerbronn, F. F. (2020). Códigos de ética em sistemas de governança pública: Um estudo comparativo Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia e Coréia do Sul. *Revista do Serviço Público*, 71(2), 297-329. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i2.3160>

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Grin, E. (2023). Debate: The narrowness of the concept of governance. *Public Money & Management*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1080/09540962.2023.2210386>
- Guhan, S. (1998). World bank on governance: A critique. *Economic and Political Weekly*, 33(4), 185-190. <https://www.jstor.org/stable/4406324>
- Heywood, P., & Kirby, N. (2023). Public Integrity: From anti-corruption rhetoric to substantive moral ideal. *Etica pubblica – Studi su legalità e partecipazione*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1400/281574>
- Huberts, L. (2018). Integrity: What it is and why it is important. *Public Integrity*, 28(1). <https://doi.org/10.1080/10999922.2018.1477404>
- Loyens, K., & Maesschalck, J. (2010). Toward a theoretical framework for ethical decision making of street-level bureaucracy: Existing models reconsidered. *Administration & Society*, 42(1), 66-100. <https://doi.org/10.1177/0095399710362524>
- Menzel, D. C. (2015). Research on ethics and integrity in public administration: Moving forward, looking back. *Public Integrity*, 17(4), 343-370. <https://doi.org/10.1080/10999922.2015.1060824>
- Meyer-Sahling, J.-H., & Mikkelsen, K. S. (2020). Codes of ethics, disciplinary codes, and the effectiveness of anti-corruption frameworks: Evidence from a survey of civil servants in Poland. *Review of Public Personnel Administration*, 42(1), 142-164. <https://doi.org/10.1177/0734371X20949420>
- Oliveira, T. M., Júnior. (2019). Cultura do escândalo e a “ortodontia” da accountability em democracias recentes: Estudo sobre reformas anticorrupção no Brasil na era Lava Jato. *Revista da CGU*, 11(18). <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v11i18.148>
- Pliscoff-Varas, C., & Lagos-Machuca, N. (2021). Efecto de las capacitaciones en la reflexión sobre ética y corrupción. *Revista de Administração Pública*, 55(4), 950-968. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200658>
- Pollitt, C., & Bouckaert, G. (2011). *Public management reform: A comparative analysis – New public management, governance, and the Neo-Weberian State*. Oxford University Press.
- Pollit, C., & Hupe, P. (2011). Talking about government: The role of magic concepts. *Public Management Review* <https://doi.org/10.1080/14719037.2010.532963>

CADERNOS GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

- Raadschelders, J. N., & Chitiga, M. M. (2021). Ethics education in the study of public administration: Anchoring to civility, civics, social justice, and understanding government in democracy. *Journal of Public Affairs Education*, 27(4), 398-415. <https://doi.org/10.1080/15236803.2021.1954468>
- Ros, L. Da, & Taylor, M. (2022). *Brazilian politics on trial: Corruption and reform under democracy*. Lynne Rienner Publisher.
- Rosenbaum, D. P. (2016). Special issue on police integrity: An introduction. *Policing: an International Journal*, 39(2). <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-03-2016-0039>
- Stoker, G. (1998). Governance as theory: Five propositions. *International Social Science Journal*, 50(155), 17-28. <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00106>
- Zhang, Y, & Lavena, C. (2015). *Government anti-corruption strategies: A cross-cultural perspective*. Taylor & Francis.